



DOCUMENTO BÁSICO

BRASILIA, 2002

Diretoria de Avaliação para Certificação de Competências – DACC

Equipe Técnica

Maria Inês Fini – Diretora
Alessandra Regina Ferreira Abadio
André Ricardo de Almeida da Silva
Andréia Correcher Pitta
Augustus Rodrigues Gomes
Célia Maria Rey de Carvalho
David de Lima Simões
Denise Pereira Fraguas
Dorivan Ferreira Gomes
Érika Caramori
Fernanda Guirra Amaral
Frank Ney Sousa Lima
Ildete Furukawa
Irene Teresinha Nunes de Souza Inácio
Jane Hudson de Abranches
Kelly Cristina Naves Paixão
Marcio Andrade Monteiro
Marco Antonio Raichtaler
Maria Cândida Muniz Trigo
Mariana Migliari
Maria Vilma Valente de Aguiar
Nelson Figueiredo Filho
Suely Alves Wanderley
Tereza Maria Abath Pereira
Valéria de Sperandyo Rangel

Consultores Permanentes

Eduardo Sebastiani Ferreira
Dalton Francisco de Andrade
Leny Rodrigues Teixeira
Lino de Macedo
Luiz Carlos de Menezes
Luiz Roberto Moraes Pitombo
Marcio Constantino Martino
Maria Cecília Guedes Condeixa
Maria da Graça Bompastor Borges Dias
Nilson José de Machado
Raul Borges Guimarães
Regina Cândida Ellero Gualtieri
Zuleika de Felice Murrie
Reginaldo Pinto de Carvalho
Alice Vieira
Maria Eliza Fini
Maria Bernadete Marques Abaurre
Catarina Meloni Assirati
Valdir Quintana Gomes Junior
Oscar Medeiros Filho
Benedito Antunes
Ângela Correia Krajewski
Fortunato Pastore
Janice Theodoro
Julio César Foschini Lisboa
Maria Regina Dubeaux Kawamura

Sumário

- Introdução
- 1. Objetivos
- 2. Características do Exame
 - 2.1. Inscrição
 - 2.2. Prova
 - 2.3. Data de Realização do Exame
 - 2.4. Locais de Realização do Exame
- 3. Participantes
- 4. Manual do Inscrito
- 5. Proposta de Avaliação
- 6. Análise de Desempenho
 - 6.1. Redação
 - 6.2. Parte Objetiva da Prova
- 7. Resultados
 - 7.1. Resultados Individuais
 - 7.2. Resultados para as Instituições de Ensino Pós-Médio e Superior
 - 7.3. Resultados para as Instituições de Ensino Médio
- 8. Relações Institucionais
 - 8.1. Comitê Técnico
 - 8.2. Comitê Consultivo
 - 8.3. O Enem e as Secretarias de Estado da Educação
 - 8.4. O Enem e as Secretarias de Estado de Segurança Pública
 - 8.5. O Enem e as Instituições de Ensino Superior

INTRODUÇÃO

O presente documento descreve o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), em 1998, para ser aplicado anualmente aos alunos concluintes e aos egressos deste nível de ensino, com o objetivo fundamental de avaliar o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania.

As tendências internacionais, tanto em realidades mais próximas da nossa como nas mais distantes, acentuam a importância da formação geral na educação básica, não só para a continuidade da vida acadêmica como também para uma atuação autônoma do sujeito na vida social, com destaque à sua inserção no mercado de trabalho, que se torna mais e mais competitivo. Esta formação deve ser compreendida como uma sólida aquisição dos conteúdos tradicionais das ciências e das artes associada ao desenvolvimento de estruturas capazes de operacionalizá-los no enfrentamento de problemas apresentados pela realidade social, cada vez mais complexa, e numa dinâmica de tempo progressivamente acelerada.

Esta rapidez com que as mudanças sociais se processam e alteram nossa vida cotidiana impõe um padrão mais elevado para a escolaridade básica, e o projeto pedagógico da escola deve objetivar o desenvolvimento de competências com as quais os alunos possam assimilar informações e utilizá-las em contextos adequados, interpretando códigos e linguagens e servindo-se dos conhecimentos adquiridos para a tomada de decisões autônomas e socialmente relevantes.

Estas premissas já estão delineadas na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que introduz profundas transformações no ensino médio, desvinculando-o do vestibular, ao flexibilizar os mecanismos de acesso ao ensino superior, e, principalmente, delineando o perfil de saída do aluno da escolaridade básica, ao estipular que, ao final do ensino médio, o educando demonstre:

- I. domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;
- II. conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;
- III. domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.

No âmbito dessas mudanças, a LDB determina, inclusive, que a União assegure processo nacional de avaliação do rendimento escolar para todos os níveis de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino (art. 9º, VI).

É nessa perspectiva que o Inep vem realizando o Enem, para o universo de alunos concluintes e de egressos deste nível de ensino.

Para estruturar o Exame, concebeu-se uma matriz com a indicação de competências e habilidades associadas aos conteúdos do ensino fundamental

e médio que são próprias ao sujeito na fase de desenvolvimento cognitivo, correspondente ao término da escolaridade básica. Tem como referência a LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a Reforma do Ensino Médio, bem como os textos que sustentam sua organização curricular em Áreas de Conhecimento, e, ainda, as Matrizes Curriculares de Referência para o Saeb.

A realização anual do Enem junto aos alunos que completaram ou estão completando a escolaridade básica poderá fornecer uma imagem realista e sempre atualizada da educação no Brasil.

Esse Exame difere de outras avaliações já propostas pelo Ministério da Educação – centra-se na avaliação de desempenho por competências e vincula-se a um conceito mais abrangente e estrutural da inteligência humana. Ele é constituído de uma prova única e abrange as várias áreas de conhecimento em que se organizam as atividades pedagógicas da escolaridade básica no Brasil.

O Enem, ao colocar-se como instrumento de avaliação individual de desempenho por competências ao término da escolaridade básica, serve como referência de auto-avaliação a milhares de jovens e, ao mesmo tempo, dá uma medida das respostas que a escola apresenta diante dos desafios impostos pelos mecanismos estruturais da sociedade. Na mesma direção, permite ao poder público dimensionar e localizar as lacunas que debilitam o processo de formação dos jovens e dificultam sua realização pessoal e sua inserção no processo de produção da sociedade. Dessa forma, os resultados de desempenho obtidos necessariamente se apresentam no cenário das diferenças socioeconômicas que ainda marcam a sociedade brasileira.

De outro lado, o Enem, como instrumento de política pública, busca diretamente junto a seu público-alvo subsídios para avaliação das orientações a serem realizadas. Com a abrangência obtida em 2001, decorrente da gratuidade instituída para os concluintes de escolas públicas, concluintes carentes das escolas particulares e egressos carentes, é possível captar de forma razoavelmente distribuída no país a percepção dos jovens egressos do ensino médio sobre a sua experiência escolar, a caracterização das escolas que frequentaram e suas opiniões sobre as relações intervenientes no processo de aprendizado e convivência escolar. Nesse sentido, o Enem consolida seu papel de valioso instrumento para subsidiar e adequar as políticas de educação no País.

Nas sucessivas edições do Exame, procura-se ampliar o entendimento sobre os limites e as possibilidades do jovem brasileiro por meio do aprofundamento da identificação de seus valores, opiniões e atitudes. A preocupação por trás dessa iniciativa é mapear seus interesses e expectativas, o entorno das suas relações pessoais e formas de inserção no debate público e amplo da sociedade que o circunda. Essas informações justificam-se na idéia de que um projeto pedagógico que almeja patamares superiores de cidadania tem seu subsídio no conhecimento permanente e atualizado das opiniões e reivindicações das pessoas e, dessa forma, complementam o círculo virtuoso do trabalho do professor e da escola com seus alunos.

A significativa abrangência que o Enem vem alcançando permite que seja traçado um quadro consideravelmente amplo do perfil de saída do aluno

do ensino médio. Entretanto, em que pese esse significativo aumento da abrangência do Exame, o fato de ser voluntário ainda impede que o total de participantes represente a população de todos os concluintes, seja nos Estados ou no Brasil, quando se considera uma amostra estratificada pelas categorias principais registradas no questionário socioeconômico. Em outras palavras, os resultados do Enem não podem ser estendidos para o universo dos concluintes do ensino médio.

Os resultados do Enem podem contribuir para uma melhor compreensão de aspectos de uma realidade sobre a qual se estabelecem alguns dos principais desafios da política educacional brasileira, sintetizados aqui em três eixos.

O primeiro, a superação dos entraves macroestruturais que prejudicam o acesso do jovem à formação sob condições ideais, por meio de medidas de adequação da realização do ensino às condições objetivas que caracterizam a dinâmica do jovem que precisa trabalhar e tem menor acesso aos recursos.

O segundo, a intervenção para o aperfeiçoamento dos modelos de ensino e preparo para a vida profissional, igualmente nas escolas públicas e privadas, superando a situação presente que tanto reproduz de forma aguda a desigualdade social, quando estabelece patamares insatisfatórios para as camadas menos beneficiadas da sociedade, tal como apontam as médias gerais de desempenho obtidas para o grande contingente de participantes.

Finalmente, o terceiro eixo é o alargamento do gargalo imposto pelas condições do sistema de ensino superior público e do mercado profissional de trabalho. Produto das ações de ampliação do acesso à educação, a escola brasileira apresenta hoje ao mercado de trabalho e ao vestibular um grande contingente de jovens com fortes expectativas pessoais e profissionais e demandas por inserção na esfera produtiva e cultural. O quadro atual indica com clareza novas demandas à educação pós-média e ao ensino superior, exigindo novas respostas com maior diversificação e flexibilização da oferta de cursos.

1. Objetivos

O Enem é realizado anualmente, com o objetivo fundamental de avaliar o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania. Pretende, ainda, alcançar os seguintes objetivos específicos:

- a. oferecer uma referência para que cada cidadão possa proceder a sua auto-avaliação com vista às suas escolhas futuras, tanto em relação ao mercado de trabalho quanto em relação à continuidade de estudos;
- b. estruturar uma avaliação da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção nos diferentes setores do mundo do trabalho;

- c. estruturar uma avaliação da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes pós-médios e ao ensino superior.

2. Características do Exame

2.1 Inscrição

As inscrições são realizadas em datas e locais a serem definidos, anualmente, em portaria do Inep.

As inscrições são feitas por instituição contratada para este fim, ou por via internet, devendo o interessado preencher corretamente a Ficha de Inscrição, responsabilizando-se pelas informações nelas fornecidas, e efetuar o pagamento da taxa de inscrição.

Para efetuar a inscrição, o interessado deve portar documento de identidade e cópia do mesmo, para anexá-la à sua ficha de inscrição.

Poderão ser aceitas inscrições coletivas patrocinadas por instituições públicas ou privadas, sendo vedado o patrocínio de empresas relacionadas com a produção e comercialização de bebidas alcoólicas e/ou produtos do fumo. No caso de inscrição patrocinada, a instituição interessada deverá:

- I. solicitar à instituição contratada para realizar a inscrição de formulários de inscrição ao exame em quantidade correspondente ao número de candidatos que desejar patrocinar; e
- II. de posse dos formulários de inscrição, providenciar e responsabilizar-se, junto à instituição contratada, pelo preenchimento dos mesmos por seus patrocinados e pelo pagamento do valor correspondente às taxas de inscrição dos candidatos que estiver patrocinando.

O portador de necessidades especiais, interessado em participar do Enem deve, no ato da inscrição, obrigatoriamente, declarar o tipo de necessidade de que é portador, sob pena de não ter atendimento apropriado.

Para o portador de necessidade especial amblíope ou cego, a instituição responsável pela aplicação do exame deve preparar prova e atendimento especial. Aos amblíopes, são oferecidas provas ampliadas com tamanho de letra correspondente ao corpo 24, e, aos cegos, serão disponibilizadas provas em braile.

Aos portadores de deficiência física com séria dificuldade de locomoção, são oferecidas salas de fácil acesso, e aos participantes incapazes de efetuar a marcação do cartão-resposta, será oferecido auxílio para transcrição.

2.2 Prova

O Exame é constituído por uma prova única contendo 63 (sessenta e três) questões objetivas de múltipla escolha e uma proposta para redação. As questões objetivas e a redação destinam-se a avaliar as competências e habilidades desenvolvidas pelos participantes ao longo da escolaridade básica, a partir de uma Matriz de Competências especialmente desenvolvida para estruturar o exame.

2.3 Data de Realização do Exame

O exame é sempre realizado no último domingo de agosto, com início às 13 (treze) horas (horário de Brasília) e terá duração de 5 (cinco) horas.

Considerando o horário de Brasília-DF para todo o território nacional, os portões de acesso aos locais de prova são abertos às 12 (doze) horas e fechados às 13 (treze) horas, impreterivelmente, não sendo permitida a entrada do inscrito que se apresentar após o horário estipulado.

2.4 Locais de Realização do Exame

O Exame é realizado anualmente, com aplicação descentralizada das provas, nas capitais, no Distrito Federal e nos demais municípios que, a critério do MEC/Inep, ofereçam condições estratégicas para sua realização, de modo a atender adequadamente às demandas do ensino médio e de seus egressos e dentro da estrutura de operacionalização possível, definida, em portaria, para o Enem.

3. Participantes

O Enem tem caráter voluntário e dele podem participar, mediante inscrição, os concluintes do ensino médio, no ano de realização do exame, e, também, os que já o concluíram em anos anteriores, em qualquer de suas modalidades. É direito do participante realizar o Enem quantas vezes for de seu interesse.

4. Manual do Inscrito

O Manual do Inscrito é remetido ao endereço indicado na ficha de inscrição, juntamente com a confirmação da inscrição, e contém as informações gerais sobre o Exame, as competências e habilidades a serem avaliadas, os critérios de avaliação de desempenho do participante nas duas partes da prova, bem como o questionário socioeconômico e sua respectiva folha de respostas, apropriada para leitura óptica.

O inscrito no Enem deve responder ao questionário socioeconômico, parte integrante do Manual do Inscrito, que permitirá traçar o perfil dos participantes e também desenvolver estudos contextuais sobre os resultados anuais do Exame.

Todos os quesitos do questionário socioeconômico devem ser respondidos na folha de resposta para este fim, que deve ser entregue no dia e local de realização da prova.

5. Proposta de Avaliação

A estrutura conceitual de avaliação do Enem vem sendo aprimorada desde sua primeira aplicação, em 1998, tendo como referência principal a articulação entre o conceito de educação básica e o de cidadania, tal como definido nos textos constitucionais e na nova LDB.

O Enem é um exame individual, de caráter voluntário, oferecido anualmente aos concluintes e egressos do ensino médio, com o objetivo principal de possibilitar, a todos os que dele participam, uma referência para auto-avaliação, a partir das competências e habilidades que estruturam o exame. Os resultados dessa avaliação vêm sendo utilizados, desde sua criação, por um número cada ano maior de instituições de ensino superior em seus processos seletivos, seja de forma complementar ou substitutiva.

O modelo de avaliação do Enem foi desenvolvido com ênfase na aferição das estruturas mentais com as quais construímos continuamente o conhecimento e não apenas na memória que, importantíssima na constituição de nossas estruturas mentais, não consegue sozinha fazer-nos capazes de compreender o mundo em que vivemos, tal é a velocidade das mudanças sociais, econômicas, tecnológicas e do próprio acervo de novos conhecimentos, com os quais convivemos diariamente e que invadem todas as estruturas da escola. Essa dinâmica social nos desafia, apresenta-nos novos problemas, questiona a adequação de nossas antigas soluções e exige um posicionamento rápido e adequado a este cenário de transformações. Este cenário permeia todas as esferas de nossa vida pessoal, mobilizando continuamente nossa reflexão acerca dos valores, atitudes e conhecimentos que pautam a vida em sociedade.

O objetivo do Enem é medir e qualificar as estruturas responsáveis por essas interações. Essas estruturas desenvolvem-se e são fortalecidas em todas as dimensões de nossa vida, pela quantidade e qualidade das interações que estabelecemos com o mundo físico e social desde o nascimento. O Enem focaliza, especificamente, as competências e habilidades básicas desenvolvidas, transformadas e fortalecidas com a mediação da escola.

Das interações contínuas realizadas pelo cidadão individualmente e validadas por todos os cidadãos coletivamente, é que são construídos os conhecimentos. Assim, os conceitos, as idéias, as leis, as teorias, os fatos, as pessoas, a história, o espaço geográfico, as manifestações artísticas, os meios de comunicação, a ética, a política, os governos e os valores – traduzidos nos

conteúdos formais das Ciências, das Artes e da Filosofia – constituem-se um conjunto de condições essenciais à construção do conhecimento.

O Exame é estruturado a partir de uma matriz que indica a associação entre os conteúdos, competências e habilidades básicas, próprias ao jovem e jovem adulto, na fase de desenvolvimento cognitivo e social correspondente ao término da escolaridade básica. Considera como referências norteadoras: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais, as Diretrizes do Conselho Nacional de Educação sobre a Educação Básica e os textos da reforma do ensino médio.

Competências são as modalidades estruturais da inteligência, ou melhor, ações e operações que utilizamos para estabelecer relações com e entre objetos, situações, fenômenos e pessoas que desejamos conhecer. As *habilidades* decorrem das competências adquiridas e referem-se ao plano imediato do “saber fazer”. Por meio das ações e operações, as habilidades aperfeiçoam-se e articulam-se, possibilitando nova reorganização das competências.

Cada uma das cinco competências que estruturam o Exame, embora correspondam a domínios específicos da estrutura mental, funcionam de forma orgânica e integrada. E elas expressam-se, especificamente no caso do Enem, em 21 habilidades.

Competências

- I. Dominar a norma culta da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica.
- II. Construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.
- III. Selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.
- IV. Relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.
- V. Recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.

Habilidades

1. Dada a descrição discursiva ou por ilustração de um experimento ou fenômeno, de natureza científica, tecnológica ou social, identificar variáveis relevantes e selecionar os instrumentos necessários para realização ou interpretação do mesmo.

2. Em um gráfico cartesiano de variável socioeconômica ou técnico-científica, identificar e analisar valores das variáveis, intervalos de crescimento ou decréscimo e taxas de variação.
3. Dada uma distribuição estatística de variável social, econômica, física, química ou biológica, traduzir e interpretar as informações disponíveis, ou reorganizá-las, objetivando interpolações ou extrapolações.
4. Dada uma situação-problema, apresentada em uma linguagem de determinada área de conhecimento, relacioná-la com sua formulação em outras linguagens ou vice-versa.
5. A partir da leitura de textos literários consagrados e de informações sobre concepções artísticas, estabelecer relações entre eles e seu contexto histórico, social, político ou cultural, inferindo as escolhas dos temas, gêneros discursivos e recursos expressivos dos autores.
6. Com base em um texto, analisar as funções da linguagem, identificar marcas de variantes lingüísticas de natureza sociocultural, regional, de registro ou de estilo, e explorar as relações entre as linguagens coloquial e formal.
7. Identificar e caracterizar a conservação e as transformações de energia em diferentes processos de sua geração e uso social, e comparar diferentes recursos e opções energéticas.
8. Analisar criticamente, de forma qualitativa ou quantitativa, as implicações ambientais, sociais e econômicas dos processos de utilização dos recursos naturais, materiais ou energéticos.
9. Compreender o significado e a importância da água e de seu ciclo para a manutenção da vida, em sua relação com condições socioambientais, sabendo quantificar variações de temperatura e mudanças de fase em processos naturais e de intervenção humana.
10. Utilizar e interpretar diferentes escalas de tempo para situar e descrever transformações na atmosfera, biosfera, hidrosfera e litosfera, origem e evolução da vida, variações populacionais e modificações no espaço geográfico.
11. Diante da diversidade da vida, analisar, do ponto de vista biológico, físico ou químico, padrões comuns nas estruturas e nos processos que garantem a continuidade e a evolução dos seres vivos.
12. Analisar fatores socioeconômicos e ambientais associados ao desenvolvimento, às condições de vida e saúde de populações humanas, por meio da interpretação de diferentes indicadores.
13. Compreender o caráter sistêmico do planeta e reconhecer a importância da biodiversidade para preservação da vida, relacionando condições do meio e intervenção humana.
14. Diante da diversidade de formas geométricas planas e espaciais, presentes na natureza ou imaginadas, caracterizá-las por meio de propriedades, relacionar seus elementos, calcular comprimentos, áreas ou volumes, e utilizar o conhecimento geométrico para leitura, compreensão e ação sobre a realidade.

15. Reconhecer o caráter aleatório de fenômenos naturais ou não e utilizar em situações-problema processos de contagem, representação de frequências relativas, construção de espaços amostrais, distribuição e cálculo de probabilidades.
16. Analisar, de forma qualitativa ou quantitativa, situações-problema referentes a perturbações ambientais, identificando fonte, transporte e destino dos poluentes, reconhecendo suas transformações; prever efeitos nos ecossistemas e no sistema produtivo e propor formas de intervenção para reduzir e controlar os efeitos da poluição ambiental.
17. Na obtenção e produção de materiais e de insumos energéticos, identificar etapas, calcular rendimentos, taxas e índices, e analisar implicações sociais, econômicas e ambientais.
18. Valorizar a diversidade dos patrimônios etnoculturais e artísticos, identificando-a em suas manifestações e representações em diferentes sociedades, épocas e lugares.
19. Confrontar interpretações diversas de situações ou fatos de natureza histórico-geográfica, técnico-científica, artístico-cultural ou do cotidiano, comparando diferentes pontos de vista, identificando os pressupostos de cada interpretação e analisando a validade dos argumentos utilizados.
20. Comparar processos de formação socioeconômica, relacionando-os com seu contexto histórico e geográfico.
21. Dado um conjunto de informações sobre uma realidade histórico-geográfica, contextualizar e ordenar os eventos registrados, compreendendo a importância dos fatores sociais, econômicos, políticos ou culturais.

A concepção de conhecimento subjacente a essa matriz pressupõe colaboração, complementaridade e integração entre os conteúdos das diversas áreas do conhecimento presentes nas propostas curriculares das escolas brasileiras de ensino fundamental e médio e considera que conhecer é construir e reconstruir significados continuamente, mediante o estabelecimento de relações de múltipla natureza, individuais e sociais.

O Enem busca verificar como o conhecimento assim construído pode ser efetivado pelo participante por meio da demonstração de sua autonomia de julgamento e de ação, de atitudes, valores e procedimentos diante de situações-problema que se aproximem, o máximo possível, das condições reais de convívio social e de trabalho individual e coletivo.

A Matriz de Competências pressupõe, ainda, que a competência de ler, compreender, interpretar e produzir textos, no sentido amplo do termo, não se desenvolve unicamente na aprendizagem da Língua Portuguesa, mas em todas as áreas e disciplinas que estruturam as atividades pedagógicas na escola. O participante deve, portanto, demonstrar, concomitantemente, possuir instrumental de comunicação e expressão adequado, tanto para a compreensão de um problema matemático quanto para a descrição de um processo físico, químico ou biológico e, mesmo, para a percepção das transformações de espaço/tempo da história, da geografia e da literatura.

Com essa estrutura conceitual, o exame vem sinalizando a necessidade de vincular a educação básica ao exercício da cidadania já que considera o jovem cidadão exercendo dois papéis distintos, porém complementares: o de "leitor" e o de "escritor" do mundo que o cerca.

O participante como escritor do mundo

Na redação ou produção de texto, o participante é considerado como escritor, autor de um texto que atende à proposta feita por outros interlocutores. Uma situação-problema é proposta e pretende-se que cada participante selecione o recorte apropriado de seu acervo pessoal, reorganizando os conhecimentos já construídos com o apoio da escola para enfrentar o desafio proposto, transcrevendo-o em seu projeto de texto.

Há limites implícitos para esse projeto: a língua escrita, o tipo de texto dissertativo-argumentativo e o tema. Esses limites são impostos para atender à representatividade dos próprios limites usualmente presentes nas tarefas da escola e da vida em sociedade. Os projetos desenvolvidos são únicos e pessoais.

A redação é avaliada por meio das mesmas cinco competências que estruturam a parte objetiva da prova, mas "traduzidas" para uma situação específica de produção de texto escrito e desdobradas, cada uma, em quatro níveis que determinam os critérios de avaliação em cada competência.

Competências da Redação

- I. Demonstrar domínio da norma culta da língua escrita;
- II. Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo;
- III. Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista;
- IV. Demonstrar conhecimento dos mecanismos lingüísticos necessários para a construção da argumentação;
- V. Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado demonstrando respeito aos direitos humanos.

O participante como leitor do mundo

Nas questões de múltipla escolha da parte objetiva da prova, o participante exerce o papel de *leitor do mundo* que o cerca. São propostas a ele situações-problema originais devidamente contextualizadas na interdisciplinaridade das ciências, das artes e da filosofia, em sua articulação

com o mundo em que vivemos. Utilizam-se dados, gráficos, figuras, textos, referências artísticas, *charges*, algoritmos, desenhos, ou seja, todas as linguagens possíveis para veicular dados e informações.

As situações-problema são estruturadas de tal forma a provocar momentaneamente um "conflito cognitivo" nos participantes que os impulsiona a agir, pois precisam mobilizar conhecimentos anteriormente construídos e reorganizá-los para enfrentar o desafio proposto pela situação.

Nesta parte da prova, o participante é o leitor de um texto (situação-problema) estruturado por outros interlocutores (elaboradores de questões) que consideram todas as possibilidades de interpretação da situação-problema apresentada e organizam as alternativas de resposta para escolha e decisão dos participantes. Essas alternativas pertencem à situação-problema proposta uma vez que, em geral, todas são possíveis, são necessárias, mas apenas uma delas é possível, necessária e condição suficiente para a resolução do problema proposto.

As situações-problema não contêm "dicas" ou "pegadinhas" e não requerem memorização de fórmulas ou simples acúmulo de informações. Nos casos em que a compreensão da situação-problema exige a especificidade de dados como apoio ao seu enfrentamento, eles são apresentados no enunciado da questão, pois o que se pretende verificar é se o participante é capaz de transformar dados e informações, articulando-os para resolver os problemas propostos. Isto é demonstrar o seu conhecimento.

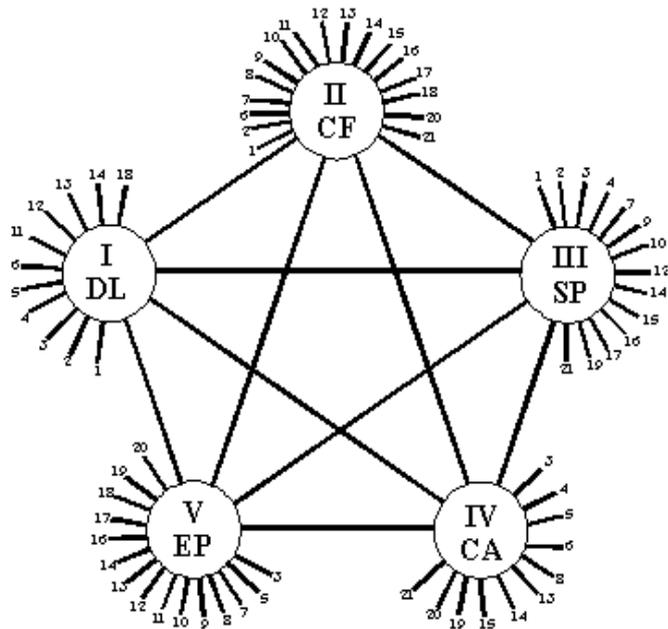
A mobilização de conhecimentos requerida pelo Enem manifesta-se por meio da estrutura de competências e habilidades do participante que o possibilita ler (perceber) o mundo que o cerca, simbolicamente representado pelas situações-problema; interpretá-lo (decodificando-o, atribuindo-lhe sentido) e sentindo-se "provocado", agir, ainda que em pensamento (atribui valores, julga, escolhe, decide, entre outras operações mentais).

6. Análise de Desempenho

O desempenho do participante é avaliado nas duas partes da prova (objetiva e redação), valendo 100 pontos cada uma delas. Esse desempenho é qualificado de acordo com as premissas teóricas da Matriz de Competências que se refere às possibilidades totais da cognição humana na fase de desenvolvimento próprio aos participantes do Enem – jovens e adultos.

A parte objetiva da prova é elaborada como um instrumento de medida, ancorado na matriz das cinco competências expressas nas 21 habilidades. Cada uma das habilidades é avaliada três vezes gerando um conjunto de 63 questões objetivas de múltipla escolha.

O diagrama a seguir mostra a relação entre as questões da parte objetiva da prova e cada uma das habilidades, e entre estas e as competências de modo a permitir uma avaliação global do desempenho do participante e uma interpretação desse desempenho em cada uma das cinco competências.



- I. Dominar linguagens
- II. Compreender fenômenos
- III. Enfrentar situações-problema
- IV. Construir argumentações
- V. Elaborar propostas

As 63 questões são de igual valor e o total de pontos obtidos é colocado em uma escala de 0 a 100.

O instrumento permite, também, que o desempenho em cada uma das cinco competências seja igualmente representado numa escala de 0 a 100.

A avaliação de cada participante do Enem compõe-se de dois resultados correspondentes ao seu desempenho na Redação e na parte objetiva da prova, cada uma delas valendo 100 pontos.

A qualificação do desempenho, em cada parte do exame, é expressa em termos de Faixas de Desempenho, construídas em intervalos onde se localizam os totais de pontos obtidos (notas), conforme descrito a seguir:

Faixas de Desempenho e intervalos de notas

Faixa de Desempenho	Intervalo de notas
Insuficiente a Regular	[0, 40]
Regular a Bom	(40, 70]
Bom a Excelente	(70, 100]

Fonte: MEC/Inep/Enem

A nota da Redação é a média aritmética das notas atribuídas a cada uma das cinco competências avaliadas na correção e situada na Faixa de Desempenho correspondente.

Na parte objetiva, o acerto das 63 questões equivale à nota 100 (cem). Pode-se associar a faixa de desempenho em que o participante é situado com o número de acertos nessa parte da prova, conforme quadro a seguir.

Parte Objetiva: Faixas de Desempenho e número de acertos

Faixa de Desempenho	Número de acertos
Insuficiente a Regular	entre 0 e 25
Regular a Bom	entre 26 e 44
Bom a Excelente	entre 45 e 63

Fonte: MEC/Inep/Enem

O Enem estabelece um padrão relativamente alto de desempenho desejável de seus participantes, principalmente se consideradas as avaliações escolares tradicionais.

A parte objetiva da prova estrutura-se com cerca de 20% (13 questões) de baixo nível de dificuldade, 40% (25 questões) de nível médio e, 40% (25 questões), de nível alto de dificuldade.

Do ponto de vista cognitivo, a prova resulta da medida cuidadosa dos conhecimentos básicos, em termos de extensão e profundidade, considerados mínimos e significativos para o exercício pleno da cidadania, para o mundo do trabalho e para o prosseguimento de estudos em qualquer nível, a partir do término da escolaridade básica. Todas as questões da prova procuram expressar qualidades e formas de relação com o conhecimento, organizadas a partir do conjunto de competências e habilidades norteador do exame.

Do ponto de vista empírico, a prova é organizada com questões de diferentes níveis de dificuldade para melhor medir e situar os resultados individuais. Assim, o participante localiza-se melhor no conjunto geral de conhecimentos avaliados. Por outro lado, em cada edição do exame, é calculada e divulgada a média geral de todos os participantes, possibilitando a cada um situar-se no quadro geral de desempenho, do conjunto de todos que, com ele, participaram da avaliação.

6.1 Redação

A proposta para a Redação do Enem tem sido sempre elaborada de forma a possibilitar que os participantes, a partir de subsídios oferecidos, realizem uma reflexão escrita sobre um tema de ordem política, social, cultural ou científica, em uma tarefa identificada como uma situação-problema.

O comando da Redação indica as linhas mestras para a elaboração do texto a ser escrito pelo participante e os referenciais a serem utilizados pelos avaliadores para a correção das cinco competências do Enem.

Os critérios de avaliação da Redação têm por referência as cinco competências da Matriz do Enem transpostas para produção de texto escrito com base em uma situação-problema (proposta de Redação) e desdobradas, cada uma, em quatro níveis (critérios de avaliação da competência).

Cada competência é avaliada sob quatro critérios, correspondentes aos conceitos: insuficiente, regular, bom e excelente, respectivamente representados pelos níveis 1, 2, 3 e 4 associados às notas 2,5; 5,0; 7,5; 10,0.

A nota global da Redação é dada pela média aritmética simples das notas atribuídas a cada uma das cinco competências.

A Redação que não atende à proposta recebe o conceito D – desconsiderada. Quando é apresentada em branco ou com uma ou duas linhas escritas, recebe o conceito B – em branco. Finalmente, quando a Redação é apresentada com palavras, desenhos ou outras formas propositais de anulação, recebe o conceito N – anulada.

Os quadros a seguir apresentam as competências e uma síntese da metodologia de correção da Redação.

Competências e critérios para análise da Redação do Enem 2001

COMPETÊNCIA	CRITÉRIOS (Níveis)
I Demonstrar domínio da norma culta da língua escrita	<ol style="list-style-type: none"> 1. Demonstra conhecimento <u>precário</u> da norma culta, com <u>graves</u> e <u>freqüentes</u> desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita. 2. Demonstra conhecimento <u>regular</u> da norma culta, com desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita <u>pouco aceitáveis</u> nessa etapa de escolaridade. 3. Demonstra <u>bom</u> domínio da norma culta, com <u>pontuais</u> desvios gramaticais e de convenções da escrita. 4. Demonstra <u>muito bom</u> domínio da norma culta, com <u>eventuais</u> deslizes gramaticais e de convenções da escrita.
II Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Desenvolve <u>tangencialmente</u> o tema e/ou apresenta <u>embrionariamente</u> o tipo de texto dissertativo-argumentativo; ou desenvolve <u>tangencialmente</u> o tema e domina <u>razoavelmente</u> ou <u>bem</u> o tipo de texto dissertativo-argumentativo; ou desenvolve <u>razoavelmente</u> o tema e apresenta <u>embrionária</u> ou <u>precariedade</u> o tipo de texto dissertativo-argumentativo. 2. Desenvolve <u>razoavelmente</u> o tema, a partir de considerações próximas do senso comum, paráfrases dos textos-estímulo, e domina <u>precária</u> ou <u>razoavelmente</u> o tipo de texto dissertativo-argumentativo. 3. Desenvolve <u>razoavelmente</u> o tema, com <u>indícios de autoria</u>, ainda que apresente argumentos previsíveis, e domina <u>razoavelmente</u> ou <u>bem</u> o tipo de texto dissertativo-argumentativo. 4. Desenvolve <u>bem</u> o tema, a partir de um <u>repertório cultural produtivo</u> e de considerações que fogem o senso comum, e domina <u>bem</u> o tipo de texto dissertativo-argumentativo.
III Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresenta informações, fatos e opiniões <u>precariedade relacionados</u> com o tema. 2. Apresenta informações, fatos e opiniões, ainda que pertinentes com o tema proposto, mas com <u>pouca articulação</u> e/ou <u>com contradições</u>, ou limita-se a <u>reproduzir</u> os argumentos constantes na proposta de redação. 3. Seleciona informações, fatos, opiniões e argumentos pertinentes ao tema proposto, organizando-os e relacionando-os de forma <u>pouco consistente</u> em defesa do ponto de vista destacado em seu projeto de texto. 4. Seleciona, organiza e relaciona, de forma <u>consistente</u>, informações, fatos, opiniões e argumentos pertinentes ao tema proposto em defesa do ponto de vista destacado em seu projeto de texto.
IV Demonstrar conhecimento dos mecanismos lingüísticos necessários para a construção da argumentação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não articula as partes do texto. 2. Articula <u>precariedade</u> as partes do texto, devido a problemas freqüentes na utilização dos recursos coesivos. 3. Articula <u>razoavelmente</u> as partes do texto, mas apresenta problemas na utilização dos recursos coesivos. 4. Articula <u>adequadamente</u> as partes do texto, podendo apresentar <u>eventuais</u> problemas na utilização de recursos coesivos.
V Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, demonstrando respeito aos direitos humanos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar proposta <u>tangencial</u> ao tema em questão (respeitando os direitos humanos). 2. Elaborar proposta <u>relacionada</u> com o tema em questão, <u>mas não articulada</u> com a discussão desenvolvida em seu texto, ou apenas <u>subentendida</u> no desenvolvimento do texto (respeitando os direitos humanos). 3. Elaborar proposta <u>relacionada</u> com o tema em questão, mas pouco articulada à discussão desenvolvida em seu texto (respeitando os direitos humanos). 4. Elaborar proposta <u>relacionada</u> com o tema em questão e <u>bem</u> articulada à discussão desenvolvida em seu texto (respeitando os direitos humanos).

Fonte: MEC/Inep/Enem

Aspectos considerados na avaliação de cada competência

<i>Comp. I</i>	a. Adequação de registro: - formal - variante adequada ao tipo de texto e à situação de interlocução	b. Norma gramatical: - sintaxe de concordância, regência e colocação - pontuação - flexão	c. Convenções da escrita: - das palavras (ortografia, acentuação) - maiúsculas, minúsculas
<i>Comp. II</i>	a. Tema: - autoria: compreensão do tema, articulação de diferentes perspectivas para defesa de um ponto de vista - informatividade - utilização de conceitos de várias áreas - citações, alusões, analogias, exemplificações, dados e informações	b. Estrutura: - introdução, desenvolvimento, conclusão - encadeamento e progressão temática	
<i>Comp. III</i>	Coerência textual		
<i>Comp. IV</i>	a. Coesão lexical: sinônimos, hiperônimos, repetição, reiteração, etc.	b. Coesão gramatical: uso de conectivos, tempos verbais, pontuação, seqüência temporal, relações anafóricas, conectores intervocabulares, intersentenciais, interparágrafos, etc.	
<i>Comp. V</i>	Cidadania ativa com proposta solidária, compartilhada		

Fonte: MEC/Inep/Enem

Cada redação é avaliada por dois corretores independentes, no sentido de um desconhecer os pontos atribuídos pelo outro a cada competência.

Uma redação é submetida à terceira correção quando, pontuada por um dos corretores, for desconsiderada pelo outro ou, quando ocorrer discrepância de 5 ou mais pontos entre a soma dos pontos dados por um dos dois

corretores. Os corretores da terceira correção desconhecem a pontuação dos anteriores e o conceito atribuído pelo terceiro corretor é soberano diante dos anteriores.

Durante o processo são elaboradas planilhas com as notas dos três corretores, sendo possível verificar os critérios dos terceiros corretores. Ainda no caso de discrepância entre as três notas, há uma quarta correção, com resultado soberano em relação aos demais.

Um dos pontos mais importantes do processo de correção é a planilha do corretor, graças a qual vem-se obtendo uma uniformidade de critérios na avaliação das redações, independentemente do número de provas e de corretores envolvidos no processo.

Essa planilha, elaborada em 1999, vem sofrendo, ao longo desses três anos, modificações, com o objetivo de aperfeiçoá-la e de obter o maior grau de uniformização possível nos critérios de correção.

Em 2001, o Grupo de Coordenadores elaborou um "manual" de instruções para os corretores, com o detalhamento da planilha e de sua exemplificação.

A Banca de Corretores, constituída a partir dos cadastros e referências utilizados nos anos anteriores, foi ampliada significativamente para atender ao aumento esperado de participantes do exame.

Cada grupo de aproximadamente 10 corretores fica sob a responsabilidade de um supervisor, escolhido por indicação dos coordenadores.

Além do grande número de corretores e supervisores que atuam no processo de correção, destaque-se sua diversidade, tanto em termos de formação (graduados, pós-graduandos, mestres e doutores) e de experiência no magistério (professores do ensino fundamental, médio e superior) quanto pela faixa etária e mesmo procedência.

Devido ao expressivo aumento do número de corretores e supervisores, foram agregados ao processo dois supervisores gerais, que atuam como elementos de intermediação entre os coordenadores e os supervisores de grupos.

O processo de correção, propriamente dito, tem início com a análise de uma amostra representativa de pelo menos 200 redações dos participantes para selecionar aquelas que serão utilizadas no treinamento. O critério que orienta essa seleção é o da diversidade. Os textos a serem utilizados no treinamento devem oferecer a maior variedade de tipos e possibilidades de avaliação, levando em conta as cinco competências. Essa análise permite que sejam feitos os ajustes dos critérios para a elaboração definitiva da planilha e do "manual" do corretor.

O treinamento dos supervisores é feito sob a orientação dos coordenadores com as redações da amostra. Posteriormente, cada supervisor realiza o treinamento do grupo de corretores sob sua responsabilidade.

Ainda como parte do treinamento, trabalha-se com um pacote de redações da amostra por sala. As redações são xerografadas, e as anotações para os corretores, feitas em uma planilha específica. Essas redações são

corrigidas pelos corretores e supervisores, em sistema de rodízio, e depois discutidas pelo grupo/sala para ajustar critérios. Posteriormente, as notas definitivas são transcritas para o local adequado.

Cada supervisor fica responsável por acompanhar o processo de avaliação de um grupo de aproximadamente 10 corretores. O supervisor responde às dúvidas na aplicação dos critérios e revê todos os textos "desconsiderados" pelos corretores na competência II (os corretores, obrigatoriamente, devem passar os textos que eles desconsideram pelo supervisor responsável). Esse procedimento é acordado no treinamento. O objetivo é permitir um julgamento menos discriminatório dos textos produzidos e garantir uma avaliação mais segura dos mesmos. Além disso, os supervisores escolhem, aleatoriamente, três textos do pacote de cada corretor para verificar a propriedade da aplicação dos critérios.

Após a edição de planilhas resultantes das correções, os supervisores são chamados para uma discussão com os consultores sobre os critérios, tendo em vista a necessária reorientação de seus corretores. Reuniões periódicas são realizadas durante o processo entre supervisores gerais, supervisores de grupos e consultores. Algumas, para rever e acompanhar a aplicação dos critérios por determinados corretores. Outras, para discutir novamente as posições relativas à avaliação das competências II e V.

Fez parte da rotina de correção a elaboração de relatórios semanais por parte dos supervisores. Esses relatórios permitem o acompanhamento mais acurado das correções, além de apresentarem inúmeras sugestões para o aperfeiçoamento do processo.

Adota-se, também, um livro de registro de ocorrências de grande utilidade para que os coordenadores possam tomar suas decisões.

Finalmente, é importante destacar que o expressivo número de profissionais envolvidos no processo e a diversidade já mencionada não são obstáculos para que o processo de correção alcance pleno êxito, tanto pela uniformidade de critérios quanto pelo convívio ao longo do período de trabalho.

O processo de correção da Redação do Enem 2001 provou que corrigir quase um milhão e duzentas redações, duas vezes, com critérios uniformes e objetivos, é possível. Provou-se que as dificuldades próprias do processo de correção não podem ser usadas para alijar a redação de exames aplicados para grandes contingentes de participantes, como é o caso do Enem.

6.2 Parte objetiva da prova

Diferentemente da construção de outros itens de múltipla escolha, elaborar questões para o Enem constitui uma ação que se reveste do caráter inovador do exame, à medida que elas se organizam em torno de situações-problema, com características interdisciplinares e de contextualização, o mais próximo possível de situações do cotidiano. Além disso, os conteúdos não são solicitados para avaliar apenas a sua retenção, mas para medir como são utilizados a serviço da solução de problemas com as características exigidas para o exame mencionadas. Este fato define outra peculiaridade das situações-problema elaboradas, qual seja a de comportar em seus enunciados o máximo

de informações necessárias para a sua resolução, apoiadas em conhecimentos considerados básicos na formação de jovens ao final de 11 anos de escolaridade.

Desde a criação e da edição do primeiro Enem, a metodologia de elaboração das questões vem sendo aprimorada avaliando-se, a cada ano, todos os aspectos da metodologia e os resultados obtidos, promovendo a correção necessária.

As características de que se revestem as questões, já mencionadas, têm sido mantidas principalmente porque o Grupo de Autores da Matriz do Enem participa de modo interdisciplinar da orientação e análise das questões construídas. Ressalte-se também que, ao longo desses quatro anos, foi possível identificar um conjunto de profissionais da Educação, professores atuantes nas escolas da rede pública, privada e, nas universidades, ligados à pesquisa e aos trabalhos na área de Ensino que constituem a Equipe de Elaboradores de Questões para o exame.

A parte objetiva é montada em quatro cores – amarela, branca, verde e rosa – alternando-se em cada uma a seqüência de apresentação dos itens e das alternativas. A estrutura da prova amarela é a referência utilizada nas análises do Inep/Enem.

As 63 questões têm igual valor numa escala de 0 a 100 pontos e são corrigidas por meio eletrônico. A parte objetiva do exame gera uma nota global que corresponde ao número de questões acertadas pelo participante.

A interpretação dessa nota é estruturada a partir do desempenho nas cinco competências pelas relações estabelecidas com as respectivas habilidades e as questões a ela associadas, gerando também, para cada competência, uma nota de 0 a 100, conforme resumido no quadro a seguir:

Modelo de análise de desempenho na parte objetiva

Competência	Habilidades
I Dominar linguagens	1, 2, 3, 4, 5, 6, 11, 12, 13, 14, 18
II Compreender fenômenos	1, 2, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21
III Enfrentar situações-problema	1, 2, 3, 4, 7, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 21
IV Construir argumentos	3, 4, 5, 6, 8, 13, 14, 15, 19, 20, 21
V Elaborar propostas	3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20

Fonte: MEC/Inep/Enem

7. Resultados

7.1 Resultados Individuais

Os participantes do Exame recebem, no endereço indicado na Ficha de Inscrição, o Boletim Individual de Resultados.

No Boletim Individual de Resultados constam duas notas, uma para a parte objetiva e outra para a redação, e, ainda, uma interpretação dos resultados obtidos para cada uma das cinco competências avaliadas nas duas partes da prova, de acordo com o modelo estabelecido na Matriz de Competência do Enem.

Os resultados individuais do Enem não são divulgados por meio de publicação ou instrumentos similares, podendo, todavia, as instituições neles interessadas – estabelecimentos de ensino pós-médio e superior e instituições do mercado de trabalho – a eles ter acesso, desde que obtenham a autorização do participante.

7.2 Resultados para as Instituições de Ensino Pós-Médio e Superior

As instituições de ensino pós-médio e superior que desejarem utilizar os resultados individuais do Enem como critério de seleção às suas vagas, devem encaminhar a sua solicitação, formalmente, ao MEC/Inep.

Os participantes devem fornecer o número de inscrição do Enem às instituições, o que caracterizará sua autorização para uso de seus resultados.

As instituições de ensino pós-médio ou superior que desejarem utilizar os resultados individuais do Enem devem planejar a inscrição de seu processo seletivo de modo a atender às exigências técnicas do MEC/Inep, principalmente no que se refere ao número de inscrição do Enem (12 dígitos), pois sem ele não será possível fornecer resultados.

As instituições que não dispuserem do número de inscrição dos participantes não recebem os resultados individuais correspondentes.

7.3 Resultados para as Instituições de Ensino Médio

Resguardado o sigilo dos resultados individuais, o Inep pode elaborar, também, o Boletim de Resultados da Escola, com a análise de desempenho global do conjunto de concluintes do ensino médio da instituição de ensino interessada, desde que:

- I. Encaminhem solicitação formal ao MEC/Inep;
- II. declarem formalmente que pelo menos 90% (noventa por cento) de seus alunos tenham participado do Enem;
- III. comprovem o recolhimento, em favor do Inep, no caso de instituições privadas, da importância de R\$ 5,00 (cinco reais) por aluno. As instituições públicas estarão isentas do recolhimento dessa importância.

As instituições de ensino médio que não dispuserem do número de inscrição dos participantes não recebem o Boletim de Resultados da Escola, ainda que atendam às especificações acima.

O MEC/Inep não disponibiliza os resultados individuais dos participantes para as instituições de ensino médio.

8. Relações Institucionais

8.1 Comitê Técnico

Instituído em fevereiro de 1999, o Comitê Técnico do Enem é composto por renomados especialistas em medidas educacionais e em Educação e vem realizando uma criteriosa avaliação externa do trabalho desenvolvido pela equipe técnica do Enem. A atuação do Comitê tem sido decisiva para o aperfeiçoamento da estrutura teórica e metodológica do exame.

8.2 Comitê Consultivo

Criado em março de 1999, o Comitê Consultivo do Enem é constituído por representantes indicados pelas instituições da sociedade civil que representam profissionais da Educação de diferentes naturezas, segmentos e abrangências. Pode-se dizer que, enquanto o Comitê Técnico atua enfocando

prioritariamente o potencial do Enem como instrumento de avaliação, o Comitê Consultivo focaliza os efeitos sociais e políticos dos resultados de sua aplicação e a forma como são capazes de sinalizar as mudanças desejáveis na Educação.

Constituem o Conselho Consultivo os representantes das seguintes instituições:

- Conselho Nacional de Educação (CNE)
- Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed)
- Fórum dos Conselhos Estaduais de Educação
- Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC
- Secretaria de Ensino Médio e Educação Tecnológica do MEC (Semtec)
- Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub)
- Secretaria de Relações Trabalhistas (Ministério do Trabalho)
- Fórum de Pró-Reitores de Graduação
- Confederação Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino
- Fundação Nacional para o Desenvolvimento do Ensino Superior (Funadesp).

8.3 O Enem e as Secretarias de Estado da Educação

Intensificou-se, em 2000 e 2001, a articulação do Enem com as Secretarias de Estado da Educação, acentuadamente em questões ligadas à aplicação do exame.

A partir de 2002 essa parceria ganha nova dimensão uma vez que as inscrições dos concluintes do ensino médio são realizadas na própria escola, o que facilita em muito o processo e garante uma maior fidedignidade dos dados apresentados nas Fichas de Inscrição. Tal iniciativa é de fundamental importância no sentido de garantir que a base de dados de cadastro dos inscritos, norteador todas as ações de operacionalização do exame, seja alimentada por dados e informações corretas, evitando ao máximo os erros comuns de preenchimento de formulários.

8.4 O Enem e as Secretarias de Estado de Segurança Pública

Os titulares das Secretarias de Estado de Segurança Pública também indicam interlocutores para atuar em parceria com o MEC/Inep a favor da otimização das condições de aplicação do exame. Identificadas as necessidades, em muitos municípios, o fluxo de trânsito em torno do local do Exame foi coordenado pela Polícia Militar.

8.5 O Enem e as Instituições de Ensino Superior

A utilização dos resultados do Enem nos processos de seleção das instituições de ensino superior é a primeira modalidade social de uso do Exame e, desde sua implantação constitui-se o mais forte atrativo aos que a ele se submetem. O número crescente de instituições que a cada ano utilizam os resultados do Enem como forma alternativa ou complementar de acesso aos seus processos seletivos revela a cada edição, uma maior credibilidade do mesmo junto às Instituições de Ensino Superior (IES) do País.

Os critérios dessa utilização são fixados pelas próprias instituições. Dentre elas, algumas reservam percentuais de vagas para os seus candidatos que obtiveram uma determinada nota no Exame, um segundo grupo acrescenta pontos à nota de seus candidatos na primeira ou na segunda fase, dependendo da nota do Enem, outras substituem a primeira fase pelo Exame e ainda existem aquelas que substituem totalmente a forma de ingresso pelo resultado do Enem.

As IES que utilizam o resultado do Enem em seus processos seletivos comprometem-se formalmente com o sigilo dos dados individuais dos participantes e têm acesso a um sistema de coleta de informações bastante seguro, que permite informar ou confirmar, com fidedignidade, o desempenho dos participantes.

A metodologia adotada pelo MEC/Inep para apresentar o Enem às IES e aos demais setores da sociedade interessados nos seus resultados tem se constituído de práticas de natureza essencialmente acadêmica em que são evidenciados com total transparência todos os contornos do Exame.

A relação das instituições com as respectivas modalidades de aproveitamento dos resultados do Enem e que formalizaram essa adesão junto ao MEC/Inep estão disponíveis no *site* <http://www.inep.gov.br/enem>.

Mais Informações

Ligue: 0800-616161

Consulte o site <http://www.inep.gov.br/enem>

